



RESISTINDO À APROPRIAÇÃO MERCADOLÓGICA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL A PARTIR DA PEDAGOGIA CONTRA-HEGEMÔNICA DE DEMERVAL SAVIANI

RESISTING THE MARKET APPROPRIATION OF EDUCATIONAL POLICIES IN BRAZIL BASED ON DERMEVAL SAVIANI'S COUNTER-HEGEMONIC PEDAGOGY

Fábio Luiz Nunes

Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (2024).

Psicólogo pela Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (2015).

Servidor no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, unidade Belo Horizonte (MG).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0784-1921>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3054450943770058>

E-mail: fabio.nunes.fln@cefetmg.br

SAVIANI, Demerval. **Educação, pedagogia histórico-crítica e BNCC**. São Paulo: Expressão Popular, 2025. 235 p. ISBN: 978-65-5891-164-7.

Pensar o currículo escolar como a materialização de processos sociais e econômicos mais amplos torna-se, para o educador, uma exigência metodológica inadiável, uma vez que o espaço de ensino-aprendizagem opera enquanto campo de disputas no qual as relações de poder da sociedade de classes se reproduzem e se legitimam, proposição levantada por Apple (2018), que demonstra a interdependência entre a seleção de saberes considerados legítimos e o controle econômico, assim como a clássica obra *La reproduction : éléments pour une théorie du système d'enseignement* (1970), em que Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron expõem a violência simbólica inerente à organização do ensino.

Sob esse prisma analítico, *Educação, pedagogia histórico-crítica e BNCC*, publicada em 2025 pela editora Expressão Popular e composta por 235 páginas, projeta-se no debate educacional brasileiro ao submeter as diretrizes políticas e a normatização curricular brasileira a um escrutínio reflexivo. O autor desse trabalho, Dermeval Saviani, nasceu em Santo Antônio de Posse (SP) e é uma referência nos estudos em educação. Possui um percurso acadêmico consubstanciado pela graduação em Filosofia (1966) e doutorado em Filosofia da Educação (1971), ambos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Além disso, realizou estágio pós-doutoral na Università di Bologna, na Itália, e obteve o título de livre-docência pela Universidade Estadual de Campinas, em 1986.

O caminho profissional desse pensador abrange a docência na PUC-SP, na Universidade Federal de São Carlos e na Unicamp, instituição à qual permanece vinculado como professor

emérito, destacando-se de igual modo como pesquisador emérito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, fundador do grupo de estudos e pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR) e detentor do título de doutor *honoris causa* por diversas universidades. Filiado à perspectiva materialista histórico-dialética, Saviani tem se firmado como o principal formulador do que se chama *pedagogia histórico-crítica*, matriz epistêmica que propugna a apropriação do saber sistematizado pela classe trabalhadora como instrumento de emancipação humana, o que é exaustivamente desenvolvido em títulos clássicos de sua produção intelectual, como *Escola e democracia* (1983), *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações* (da qual se recorre à edição de 2011) e *História das ideias pedagógicas no Brasil* (2007).

O primeiro texto do livro, denominado “O ensino na educação básica e na educação superior”, apresenta proposições curriculares fundamentadas na ideia-chave de “trabalho como princípio educativo”, problematizando a estrutura herdada da reforma educacional de 1968¹ e a precarização docente (Saviani, 2025). O autor descreve a necessidade de superação do déficit histórico educacional brasileiro por meio da organização de um sistema nacional de ensino vinculado à transformação social e à valorização do trabalho pedagógico integral, retomando posições levantadas em outros trabalhos (Saviani, 2014). No segundo texto, “O legado de Karl Marx para a educação”, pormenoriza-se a contribuição marxiana, da formação clássica oferecida a suas filhas até a defesa da instrução politécnica vinculada à produção material (Saviani, 2025). Perceberá o leitor que essa discussão é especialmente relevante porque amplia a categoria do trabalho não material, ponto fundamental para definir a natureza da atividade pedagógica e a transmissão do saber sistematizado como instrumento de humanização (confira, a esse respeito, Saviani, 2011).

Com o título “Pedagogia histórico-crítica e pedagogia da libertação: aproximações e distanciamentos”, o terceiro texto estabelece uma comparação rigorosa entre as propostas de Saviani e Paulo Freire, diferenciando as bases marxistas daquelas de matriz fenomenológica. O texto expõe que a plena formação humana depende da apropriação dos conhecimentos clássicos e da centralidade da escola, pelo que se deve combater, como também lembram Lemos e Sousa (2020) a secundarização da instrução em favor de um ativismo imediato ou do espontaneísmo pedagógico. A sistematização teórica apresentada por Saviani (2025) reforça, nessa direção, a

¹ A reforma de 1968, instituída pela Lei n. 5.540, representou a reorganização do ensino superior sob o regime militar, fundamentada em princípios de eficiência e racionalidade administrativa. O dispositivo implementou a departamentalização e a matrícula por disciplina, o que resultou na fragmentação do saber e na desarticulação da unidade entre ensino e pesquisa (Saviani, 2014).

ideia da ciência sobre o senso comum, visando à passagem da síncrese à síntese mediante a mediação do professor no processo de ensino. Com isso, pode-se compreender a educação escolar como ferramenta necessária para que as camadas populares dominem os instrumentos de produção de sua própria existência e ascendam à condição de *classe-para-si*² (Saviani, 2011).

“Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos” é o texto seguinte. Nele, descreve-se a gênese do ato educativo inerente à produção da existência humana e a ruptura instituída entre o trabalho manual e o intelectual nas sociedades divididas em classes. Nesse ponto, perceberá o leitor que a tese central proposta por Saviani (2025) demanda a aplicação do princípio educativo do trabalho e a consolidação da formação politécnica como vias de superação dessa dualidade estrutural. No texto subsequente, nomeado “A categoria dialética de mediação na pedagogia histórico-crítica em intermediação com a psicologia histórico-cultural”, o autor aponta para a lógica dialética assentada na transição da síncrese à síntese, tendo a prática social simultaneamente como ponto de partida e de chegada da atividade escolar. Nota-se, então, que a apropriação dos signos e dos conceitos científicos sistematizados desenvolve-se como mecanismo gerador das funções psicológicas superiores, o que estrutura a cognição humana por intermédio da instrução escolar direta e intencional (Martins, 2013).

Já o sexto ensaio, sob o título “A pedagogia histórico-crítica e os desafios atuais da educação brasileira”, discorre sobre as implicações da crise estrutural do modo de produção capitalista e dos retrocessos políticos nacionais sobre o sistema escolar. Para estudiosos como Michetti (2020) e Silva (2024), a imposição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)³ nos últimos anos concretiza os interesses mercadológicos e o controle empresarial filantrópico na gestão da educação pública no Brasil, uma vez que ela prescreve diretrizes pautadas em competências utilitárias restritivas ao desenvolvimento intelectual pleno dos sujeitos. Ante tal conjuntura de precarização institucional e de subordinação do saber sistematizado aos imperativos neoliberais, a práxis pedagógica necessita garantir aos estudantes a posse dos

² Essa categoria elaborada por Marx se refere ao estágio de consciência política no qual o proletariado identifica seus interesses históricos e a totalidade das relações sociais. O processo requer a superação do senso comum e a apropriação dos conhecimentos clássicos, permitindo a ação intencional voltada à superação da sociedade capitalista (Saviani, 2011).

³ A BNCC é um instrumento normativo estatal destinado a regulamentar o conjunto de aprendizagens essenciais exigidas aos matriculados na educação básica no Brasil. Essa diretriz, homologada de forma fragmentada entre os anos de 2017 e 2018, padroniza os sistemas de ensino mediante a matriz teórica da pedagogia das competências. A elaboração do documento caracterizou-se pela incisiva interferência de corporações privadas e de organizações filantrópico-empresariais.

conhecimentos historicamente elaborados, munindo a classe trabalhadora para a transformação da realidade material de forma intencional e coordenada, segundo afirma Saviani (2025).

No sétimo texto da obra, “A pedagogia histórico-crítica na resistência às pedagogias hegemônicas”, Saviani (2025) denuncia o avanço do ideário neoliberal sobre o sistema educacional, que, segundo ele, se observa na difusão do neoprodutivismo e na imposição do modelo pedagógico das competências. A prescrição de currículos utilitaristas, para o autor e para pesquisadores como Silva *et al.* (2025), subordina o ensino aos imperativos mercadológicos, enfraquecendo a apropriação dos saberes científicos historicamente sistematizados e fomentando a exclusão social disfarçada de qualificação adaptativa. No texto seguinte, “Interlocuções entre a pós-graduação, o curso de Pedagogia e a Educação Básica”, o autor resenhado dedica-se a defender a necessária articulação entre a pesquisa universitária e as unidades escolares. Saviani (2025) entende que superação da cisão entre a produção teórica acadêmica e a prática docente só é exequível a partir do momento em que o rigor metodológico retroalimente o trabalho pedagógico de base, fornecendo subsídios aos profissionais do magistério para a emancipação intelectual dos sujeitos pertencentes à classe trabalhadora. A esse propósito, deve-se mencionar que a alienação da matriz curricular oficial em favor de conglomerados privados sustenta a urgência de uma reorientação teórica sólida para resistir ao esvaziamento cognitivo da escola pública (Silva, 2024; Silva *et al.*, 2025).

A nona e última seção, chamada “Lutas da educação básica: a questão da BNCC”, busca fundamentar a premência da revogação do atual documento normativo brasileiro. Esclarece o autor que a matriz curricular que foi homologada atende aos reclamos corporativos de padronização atrelada a métricas de testes em larga escala. Tendo a imposição dessa política estatal ocorrido mediante a supressão do debate participativo com a comunidade educacional e sob forte ingerência de fundações empresariais (Teixeira; Branco, 2021), sua superação demandaria, além do restabelecimento de uma lógica democrática, a estruturação de um sistema escolar unitário politécnico, centrado no trabalho como princípio formativo universal. É nesse sentido que se afirma, ao longo do texto, que a elaboração de diretrizes genuinamente republicanas exige o respeito irrestrito à pluralidade regional e a mobilização rigorosa dos discentes para a leitura fundamentada da realidade material concreta.

Afinal de contas, o leitor poderá notar que a estrutura textual e a densidade argumentativa da obra de Saviani (2025) representam um avanço no diagnóstico das políticas educacionais brasileiras contemporâneas, por meio do que se consolida uma matriz teórica indispensável à práxis docente, que vem sendo gestada desde pelo menos os anos 1980. A

organização dos ensaios, que partem da gênese do trabalho educativo e se dirigem para a denúncia da precarização normativa, comprovam, no ver deste resenhista, a potência epistemológica desenvolvida pelo autor desde as formulações originárias de seu pensamento pedagógico (reveja, por exemplo, Saviani, 2011, e Saviani, 2014). Quando descortina os interesses mercadológicos e o aparelhamento corporativo ocultos sob o verniz filantrópico do Estado, Saviani (2025) faz de sua mais recente obra um instrumento de resistência intelectual contra o esvaziamento cognitivo imposto à classe trabalhadora, o que parece corroborar a noção de que os consensos fabricados em torno do currículo oficial mascaram a reprodução das desigualdades e a submissão da instituição escolar ao capital financeiro (Michetti, 2020; Saviani, 2025).

Referências

APPLE, M. W. **Ideology and curriculum**. 4. ed. New York (Estados Unidos da América): Routledge, 2018.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **La reproduction**: éléments pour une théorie du système d'enseignement. Paris (França): Les Éditions de Minuit, 1970. Disponível em: <http://digamo.free.fr/bourdieu70.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2026.

LE MOS, J. H.; SOUSA, J. S. Obscurecimento da noção de formação humana no sistema educacional: reflexões em György Lukács e Demerval Saviani. **Revista de Filosofia e Educação**, Campinas (SP), v. 12, n. 3, p. 64-75, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/reveleu/article/view/12210>. Acesso em: 26 fev. 2026.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. rev. Campinas (SP): Autores Associados, 2011.

SAVIANI, D. A pedagogia histórico-crítica. **Revista Binacional Brasil Argentina**, Vitória da Conquista (BA), v. 3, n. 2, p. 11-36, dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rbba/article/view/1405>. Acesso em: 26 fev. 2026.

SAVIANI, D. **Educação, pedagogia histórico-crítica e BNCC**. São Paulo: Expressão Popular, 2025.

SILVA, V. V. A. A favor de quem a BNCC trabalha?: a política do conhecimento oficial à luz das teorias críticas e sociológicas do currículo. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 22, p. 1-28, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2024v22e61474>. Acesso em: 26 fev. 2026.

SILVA, W. M. *et al.* Análise crítica da BNCC: aspectos positivos e negativos. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, [s. l.], v. 5, p. 1-17, 2025.

TEIXEIRA, P. C.; BRANCO, J. C. S. BNCC: convergências e divergências. **Ensino, Educação e Ciências Humanas**, [s. l.], v. 22, n. 5-esp., p. 693-701, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.17921/2447-8733.2021v22n5p693-701>. Acesso em: 26 fev. 2026.